



PROGRAMA DE MONITORIA INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CAMPUS SEDE

Vanya Araujo da Silva¹

Elias Ribeiro Duarte²

Maria Verônica do Nascimento Fernandes Santos³

Severino Marte da Silva⁴

Euclismária Alves Barreiro de Carvalho⁵

RESUMO

O presente artigo visa contribuir com as discussões e reflexões sobre o Programa de Monitoria Inclusiva para os estudantes com deficiências, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtornos Específicos da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, no Campus Sede. Este trabalho advém do acompanhamento, das inquietações e das reflexões surgidas durante a vigência do Programa de Monitoria Inclusiva, processo no qual se evidencia a importância de se analisar e estudar o referido programa no intuito de compreender o seu alcance para o êxito e permanência do estudante acompanhado, na instituição. Esse programa se concretiza através do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) ao qual compete atender os estudantes com deficiências. Pretende-se relatar a experiência sobre o Programa de Monitoria Inclusiva para o êxito e permanência dos estudantes acompanhados. Para tanto, apresenta-se e discute-se um relato de experiência com uma abordagem qualitativa, a qual baseia-se nos normativos nacionais que tratam da acessibilidade e inclusão no ensino superior, bem como, procede-se a uma análise a partir das contribuições teóricas de Vygotsky (2007;2010), Bakhtin (2020), Orrú (2017), Silva (2017) e Santos (2003). Aborda-se, além disso, aspectos quantitativos do objeto de estudo, conforme Marconi & Lakatos (2021), o que poderá indicar que o Programa de Monitoria Inclusiva tem sido eficaz ou não em relação aos seus objetivos para com os estudantes acompanhados, uma vez que ele possa contribuir para que os estudantes PcDs permaneçam na instituição de forma exitosa. No decorrer do estudo deste trabalho, pode-se afirmar positivamente em relação a eficácia do referido programa para com os estudantes, porém, compreende-se que se trata de um processo formativo o qual se constitui num aperfeiçoamento contínuo e, dessa forma, sempre se faz necessário outros estudos e contribuições. Palavras-chave: Ensino Superior, Educação Inclusiva, Acessibilidade, Monitoria Inclusiva, Núcleo de Acessibilidade e Inclusão.

1. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Especialista em Educação Inclusiva (IFRN). Assistente Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), lotada no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão/NAI, vanyaaraujo@hotmail.com;
2. Mestrando em Administração Pública pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), lotado no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão/NAI, elias.ribeiro@tecnico.ufcg.edu.br;
3. Mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba- PB. Assistente Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão/NAI viuveu76@gmail.com;
4. Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Revisor de Texto em Braille na Universidade Federal de Campina Grande (UFPB), lotado no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão/NAI, martasilva.educ@gmail.com;
5. Mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Atenção Hospitalar à Saúde da Criança e do Adolescente pelo Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW-UFPB). Psicóloga da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), lotada no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão/NAI, euclismaria.alves@ufcg.edu.br.

INTRODUÇÃO

Analisando a legislação vigente (Lei nº 13.146/2015), vê-se que a Educação Inclusiva é sustentada por princípios que, indispensavelmente, precisam ser considerados, dentre eles: o direito universal à educação, o respeito às particularidades de cada pessoa ao aprender, a necessidade de interação humana e de empatia no contexto escolar/acadêmico, além do livre acesso às estratégias pedagógicas que facilitem o aprendizado e o convívio. Considerando tais primícias, o presente artigo surge como fruto das inquietações, vivenciadas pela equipe do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NAI, no sentido de buscar compreender o alcance do Programa de Monitoria Inclusiva, quanto ao êxito e à permanência na instituição dos estudantes com deficiências, TEA e outros transtornos específicos, atendidos pelo NAI.

Para esta finalidade, os autores (membros da equipe do NAI no *Campus Sede*) apresentam, neste artigo, um relato de sua experiência, a partir da sua atuação no Programa. Os dados são avaliados sob perspectiva de abordagens *qualitativa* - com base nos normativos nacionais que tratam da acessibilidade e inclusão no ensino superior, através das contribuições teóricas de Bakhtin (2020), Vygotsky (2007; 2010), Orrú (2017), Silva (2017) e Santos (2017) - e *quantitativa*, sob o olhar de Marconi & Lakatos (2021).

No que se refere à sua gênese, o Programa de Monitoria Inclusiva da UFCG surge no ano de 2018, a partir de uma parceria institucional entre o NAI e a Pró-Reitoria de Ensino (PRE). Esta iniciativa decorreu da necessidade de oferecer um apoio pedagógico de caráter individualizado que, contemplando as necessidades educacionais específicas (NEE) dos estudantes com deficiências, TEA e outros transtornos específicos da instituição, pudesse

contribuir para a promoção de igualdade de oportunidades e adequado desenvolvimento de habilidades e competências destes alunos, em contexto acadêmico.

Dessa forma, os monitores inclusivos, selecionados, por meio de editais, dos mais diversos cursos de graduação presencial da UFCG, passam a atuar nas modalidades bolsista e voluntária, a fim de oferecerem, aos estudantes acompanhados, o referido apoio pedagógico. No ano de 2022, o Programa foi regulamentado, institucionalmente, por meio da Portaria UFCG nº 86, de modo que a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC) se tornou responsável, junto ao NAI, pela execução do mesmo, custeando as bolsas ofertadas aos monitores inclusivos que atuam na modalidade bolsista.

Contemplando todos os *Campi* da instituição, estes monitores seguem orientados, técnica e pedagogicamente, pelas equipes de cada Setor de Apoio Local do NAI, e por professores dos cursos nos quais os estudantes assistidos se encontram matriculados. Assim, a Monitoria Inclusiva vem buscando colaborar, tanto para a promoção da inclusão e acessibilidade dos discentes com deficiências, TEA e outros transtornos específicos, nos mais diversos espaços da UFCG, como no sentido de buscar minimizar barreiras e auxiliá-los na sua permanência, além de buscar contribuir para a sua formação acadêmica e humanística, e de seus monitores.

No sentido de refletir acerca do alcance deste Programa e de compreender a sua eficácia na vida dos alunos acompanhados, são apresentados, a seguir, o suporte teórico-metodológico utilizado neste estudo, bem como, os resultados obtidos e a discussão dos mesmos, à luz dos autores supracitados no presente tópico. Espera-se, com este trabalho, contribuir positivamente para as discussões da temática acessibilidade e inclusão no contexto universitário, além de fomentar dados que possibilitem o fortalecimento e o aprimoramento do Programa de Monitoria Inclusiva em toda a UFCG.

METODOLOGIA

Para o relato de experiência do presente artigo foram utilizados os relatórios gerais, isto é, documentos utilizados no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, uma vez que se entende a necessidade de obter informações sobre o Programa de Monitoria Inclusiva e isso também é concretizado através desses relatórios a cada final de semestre, destacando-se, aqui, o semestre 2022.1.

Esses relatórios consistem em três tipos de informações, concernentes ao Programa, já mencionado anteriormente, no qual são relatados a opinião das agentes envolvidos, ou seja, dos estudantes com deficiências, TEA e outros transtornos específicos, dos monitores inclusivos e

dos professores-orientadores que os acompanharam durante aquele semestre. Foram analisados 15 (quinze) relatórios do semestre 2022.1. Esses relatórios são enviados via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da UFCG para o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, sendo arquivados nesse sistema.

Importante mencionar que a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica porque foram utilizadas fontes já escritas, oriundas de outras pesquisas; e, documental, por se tratar de fontes primárias e de informações que ainda não foram retratadas em outras pesquisas. De acordo com Gil (2002, p.44),

[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Corroborando ainda com a pesquisa de cunho documental, segundo Lakatos & Marconi (2003, p. 174), a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.

Desse modo, faz-se importante o uso dessas informações, no sentido de entender e respaldar o trabalho desenvolvido dentro do Programa de Monitoria Inclusiva, como também, no intuito de melhorar o atendimento aos estudantes atendidos pelo Programa e pelo NAI na UFCG.

REFERENCIAL TEÓRICO

A política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) considera o movimento mundial pela inclusão uma ação política, cultural, social e pedagógica, em defesa dos direitos de todos os alunos de estarem juntos no processo de ensino e aprendizagem, sem nenhum tipo de discriminação. Tal superação se constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme é estabelecido em nossa Carta Magna: a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Constituição Federal, 1988).

Em relação à concepção pedagógica, a PNEEPEI (2008) ressalta que a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades. Para o ensino superior, a referida política estabelece que:

[...] a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que

devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão (PNEEPEI, 2008).

Nesse sentido, o programa de Monitoria Inclusiva é um serviço prestado pela UFCG que tem como objetivos principais a promoção da inclusão dos estudantes que apresentam alguma necessidade educacional específica, bem como a promoção da acessibilidade pedagógica. Esses objetivos estão relacionados à permanência e a participação dos discentes no ensino superior, e almejam um contexto acadêmico mais equânime perante às vulnerabilidades sociais e/ou alguma desvantagem que possa advir da condição de pessoa com deficiência. Importante destacar que a promoção da igualdade de condições deve ser vista com ressalvas para que não se compreenda que se deve assegurar a todos sempre às mesmas condições. De acordo com Silva (2017), não se deve deixar de considerar, na igualdade, as diferenças próprias de cada sujeito e a forma como se apropria do conhecimento. Segundo Santos (2003):

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e termos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (Santos, 2003, p. 56).

Essa concepção de um sujeito dual, para o qual se promove a igualdade considerando suas diferenças, suas especificidades, pode ser compreendida através dos conjuntos binários propostos por Orrú (2017): normal/anormal, individual/coletivo, universal/singular. Apesar dessa binaridade apresentar aspectos dicotômicos, a autora ressalta que um aspecto é inerente ao outro, eles coexistem e, por isso, não se pode compreendê-los de forma dissociada. Esses conjuntos binários são advindos do poder disciplinar, o qual “é constituído por dispositivos ou vetores que têm o propósito de produzir resultados de normalização na sociedade” (Foucault, 1998; 2005 *apud* Orrú, 2017). Segundo Orrú (2017, p. 17-18), “há dois modelos de vetores a partir das políticas de caráter macromolar e micromolecular. A política macromolar se refere a extensas dimensões de conjuntos binários e a micromolecular se destina a executar finas segmentações. Ambas são distintas, porém inseparáveis”.

Os aspectos da universalidade, normalidade são relacionados às políticas macromolares. Os aspectos da singularidade, anormalidade são relacionados às políticas micromoleculares:

A macromolar diz respeito às sobreposições que demarcam os sujeitos, os objetos, as representações e seus sistemas que permitem pontos de contato ou relações entre uma coisa e outra. Já a micromolecular refere-se aos devires, aos fluxos, às passagens mutantes e de veemência. Essa passagem molecular extensa entre os extratos e o plano horizontal é denominada de transversalidade (Orrú, 2017, p. 18).

Nesse prisma, a autora destaca o diagnóstico universal e a diferença singular. O diagnóstico (DSM e CID), por ser concebido nesse aspecto macromolar, classifica o sujeito. Funciona como um enunciado declaratório. Agrupa o sujeito em um material universal, uma identidade biológica, sem considerar os componentes históricos e sociais que constituem a pessoa como um ser singular (Orrú, 2017).

No entanto, os aspectos micromoleculares estão em fluxo. No campo das singularidades, há movimentos que escapam de qualquer homogeneidade. Esse é o conceito de agenciamento, que corresponde à criação de alguma coisa que está entre eu e o outro, entre os entes (Orrú, 2017, p. 20).

As concepções desenvolvidas, até aqui, podem ser correlacionadas com a concepção dialógica da linguagem em Bakhtin (Fiorin, 2020), segundo o qual, a língua em seu uso real tem a propriedade de ser dialógica. Segundo Fiorin (2020) todo enunciado é dialógico, isto é, a palavra é:

Perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente também a palavra do outro. Isso quer dizer que o enunciatador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio. O dialogismo são as relações de sentido que se estabelece entre dois enunciados (Fiorin, 2020, p. 22).

Nessa concepção todo discurso que fale de qualquer objeto não está voltado para a realidade em si, mas para os discursos que a circundam (Fiorin, 2020, p. 22). Isso ratifica a atenção que a pessoa deve ter para com o enunciado diagnóstico, como Orrú propõe. Esse enunciado é categórico, classificador. Esse é um vetor de concepção macromolar, como desenvolve Orrú (2017). Já em Bakhtin esse fenômeno é um processo de construção de consciência formada a partir da assimilação das vozes do discurso, uma voz de autoridade, que se constitui uma força centrípeta, impermeável, resistente (voz da Igreja, Partido, grupo de que se participa, etc), e outra voz assimilada como internamente persuasiva, vista como uma entre outras, que se constitui uma força centrífuga, permeável à impregnação de outras vozes, abrem-se incessantemente à mudança (Fiorin, 2020, p. 61). Essa última concepção está para o fenômeno da singularidade em Orrú (2017).

Assim como o vetor micromolecular em Orrú (2017), o agenciamento está presente nas forças centrífugas de Bakhtin (2020):

[...] o sujeito bakhtiniano não está completamente assujeitado aos discursos sociais. Se assim fosse, negar-se-ia completamente a concepção de heteroglossia e de dialogismo, centrais na obra do filósofo. A utopia bakhtiniana é que se pode resistir a todo. Processo centrípeta e centralizador. No dialogismo incessante, o ser humano encontra o espaço de sua liberdade e

de seu inacabamento. Nunca ele é submetido completamente aos discursos sociais. A singularidade de cada pessoa no “simpósio universal”, ocorre na “interação viva das vozes sociais”. Nesse “simpósio universal”, cada ser humano é social e individual.

Sendo assim, conforme as concepções desenvolvidas, o sujeito, especificamente, a pessoa com deficiência ou com algum transtorno deve estar atento à categorização e diagnóstico de sua condição de deficiência ou transtorno para que se compreenda nesse fenômeno micromolecular ou nessa força centrífuga como um sujeito agente.

O programa de Monitoria Inclusiva promove essas concepções de agenciamento a se estimular a autonomia do estudante que apresenta alguma NEE. O Monitor Inclusivo, representa um importante apoio na persecução desse objetivo. Ele se situa na mediação necessária entre o estudante com NEE e a promoção da inclusão acadêmica e acessibilidade pedagógica.

A acessibilidade pedagógica está relacionada ao processo de ensino e aprendizagem. Nesse aspecto, a monitoria inclusiva atua na identificação da NEE de cada estudante e procede ao planejamento do apoio apropriado ao estudante, seja na adaptação de materiais didáticos, conteúdos, avaliações. Ressalte-se as singularidades que cada sujeito apresenta no processo de desenvolvimento e da aprendizagem. Essas singularidades são inerentes a qualquer sujeito, seja pessoa com necessidades específicas ou não.

Em relação ao desenvolvimento e aprendizagem do sujeito, a concepção Vygotskyana de zona de desenvolvimento proximal contribui para que todos os agentes desse processo possam observar essas singularidades. Segundo Vygotsky (2007), a zona de desenvolvimento proximal:

[...] é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (Vygotsky, 2007 p. 58).

Sendo assim, o sujeito encontra-se em um determinado nível de desenvolvimento, aquele em que o sujeito possui capacidades para realizar/resolver as atividades por si mesmo, e aquele no qual ele só consegue realizar com auxílio de um agente. É no nível de desenvolvimento que necessita de um apoio que o ensino deve ser priorizado que a aprendizagem possa potencializar um desenvolvimento futuro (Vygotsky, 2010).

Essa concepção de zona de desenvolvimento proximal coloca todos os sujeitos no processo de desenvolvimento e aprendizagem, independentemente de ser pessoa com deficiência ou não, ressaltando-se a atenção para as NEE do sujeito.

Nessa perspectiva, a inclusão pressupõe “fazer COM o outro”, aprender COM o outro” e não sozinho, isolado, segregado, marginalizado (Orrú, 2017, p. 45).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O programa de Monitoria Inclusiva no período 2022.1, período letivo compreendido entre 26/09/2022 e 17/02/2023, foi marcado pelo retorno às aulas no formato integralmente presencial, considerando o período pandêmico da COVID-19 de 2020 a 2022, no qual as aulas tiveram que acontecer no formato online, com aulas síncronas e assíncronas.

No período letivo 2022.1 a Monitoria Inclusiva atendeu vinte e sete (27) estudantes com alguma NEE. Trinta e sete (38) Monitores Inclusivos prestaram o serviço de apoio a esses estudantes. O Monitores Inclusivos e os estudantes assistidos cumprem uma carga horária de doze (12) horas semanais. A quantidade de Monitores Inclusivos foi maior do que a quantidade de estudantes assistidos devido às NEEs de alguns estudantes que demandaram um apoio mais intenso, como em casos de estudantes que apresentam deficiência intelectual ou outros transtornos.

O Programa de Monitoria Inclusiva conta com professores orientadores, os quais são participes no planejamento e execução das ações e procedimentos para a promoção da inclusão e acessibilidade. Os professores se voluntariam, notadamente, aqueles professores do curso ao qual o estudante esteja vinculado. Nesse período letivo, o programa contou com 15 professores orientadores. Ressalte-se que os Técnico-Administrativos em Educação de nível superior também pode se voluntariar para prestar essa orientação, mas no semestre em análise, não houve nenhuma orientação realizada por esse segmento.

O quadro 1 resume o quantitativo já citado anteriormente e explicita o panorama do serviço prestado. Em observância à legislação vigente, que assegura a preservação das informações pessoais, descreve-se os agentes participes da Monitoria Inclusiva, professores orientadores, monitores e estudantes assistidos, apenas com um identificador quantitativo genérico (orientador 1, monitor 1, estudante 1), sem nenhuma exposição de nomes ou outros dados pessoais.

Quadro 1: Monitoria Inclusiva em números e um breve panorama

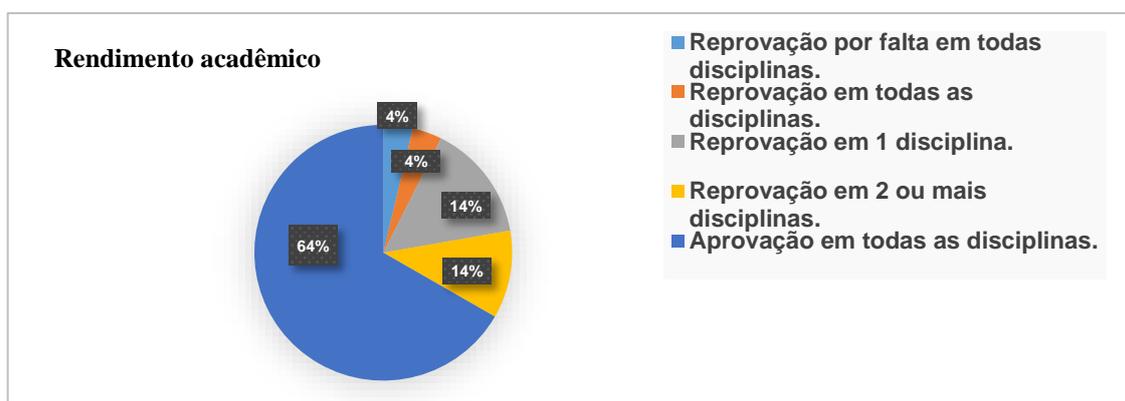
Professor orientador	Unidade Acadêmica	Monitor Inclusivo	Curso	Estudante com NEE	Tipo de deficiência	Curso
Orientador 1	Psicologia	Monitor 1	Psicologia	Estudante 1	Cegueira	Psicologia
		Monitor 2	Psicologia	Estudante 2	Cegueira	Psicologia
		Monitor 3	Psicologia	Estudante 3	Cegueira	Psicologia
		Monitor 4	Psicologia			

Orientador 2	Física	Monitor 5	Física	Estudante 4	TEA	Física
Orientador 3	Filosofia	Monitor 6	Psicologia	Estudante 5	TEA	Filosofia
Orientador 4	Ciência da Computação	Monitor 7	Ciência da Computação	Estudante 6	Cegueira	Ciência da Computação
		Monitor 8	Ciência da Computação	Estudante 7	TEA	Ciência da Computação
		Monitor 9	Ciência da Computação			
		Monitor 10	Ciência da Computação	Estudante 8	TEA	Ciência da Computação
		Monitor 11	Engenharia Química			
Orientador 5	Letras Libras	Monitor 12	Psicologia	Estudante 9	Surdez/TDAH	Letras Libras
		Monitor 13	Letras Libras			
		Monitor 14	Letras Libras	Estudante 10	Surdez	Letras Libras
Orientador 6	Engenharia Mecânica	Monitor 15	Engenharia Mecânica	Estudante 11	Visão reduzida	Engenharia Elétrica
		Monitor 16	Engenharia Elétrica			
Orientador 7	Engenharia Elétrica	Monitor 17	Engenharia Elétrica	Estudante 12	Visão reduzida	Engenharia Elétrica
		Monitor 18	Engenharia Elétrica			
Orientador 8	Letras Português	Monitor 19	Letras Português	Estudante 13	Cegueira	Letras Português
Orientador 9	Música	Monitor 20	Música	Estudante 14	Cegueira	Música
Orientador 10	Medicina	Monitor 21	Medicina	Estudante 15	Deficiência auditiva/TDAH	Medicina
		Monitor 22	Medicina			
Orientador 11	História	Monitor 23	História	Estudante 16	Cegueira	História
		Monitor 24	História			
		Monitor 25	História	Estudante 17	Cegueira	História
Orientador 12	Matemática	Monitor 26	Matemática	Estudante 18	TEA	Matemática
Orientador 13	Pedagogia	Monitor 27	Psicologia	Estudante 19	Deficiência intelectual	Pedagogia
		Monitor 28	Pedagogia			
		Monitor 29	Psicologia	Estudante 20	Deficiência física	Pedagogia
		Monitor 30	Psicologia	Estudante 21	Deficiência auditiva	Pedagogia
		Monitor 31	Pedagogia	Estudante 22	Cegueira	Pedagogia
		Monitor 32	Pedagogia	Estudante 23	Síndrome de Turner	Pedagogia
		Monitor 33	Pedagogia	Estudante 24	Visão reduzida	Pedagogia
Orientador 14	Geografia	Monitor 34	Geografia	Estudante 25	Paralisia cerebral	Geografia
		Monitor 35	Engenharia Química	Estudante 26	Surdez	Geografia
Orientador 15	Letras Inglês	Monitor 36	Letras Inglês	Estudante 27	TEA	Letras Inglês
		Monitor 37	Psicologia			
		Monitor 38	Letras Inglês	Estudante 28	Cegueira	Letras Inglês

O programa de Monitoria Inclusiva prever um plano de atividades a ser executado durante o período letivo, realizado a partir das NEEs identificadas, um a ficha de frequência e um relatório final de cada um dos estudantes assistidos, elaborado pelo professor orientador e o monitor inclusivo. O estudante acompanhado faz sua avaliação através de um questionário disponibilizado no e-mail ou, em alguns casos, de forma presencial com atendimento individual por um dos servidores lotados no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão.

A avaliação do serviço prestado é centrada nos resultados descritos nesses relatórios e no rendimento acadêmico dos estudantes. Nos relatórios, são considerados o objetivo do programa, as principais dificuldades na Monitoria Inclusiva, a avaliação do estudante acompanhado realizada pelo monitor inclusivo, a autoavaliação do monitor inclusivo e suas considerações, e as considerações do professor orientador. O rendimento acadêmico dos estudantes assistidos é obtido através de consulta ao sistema de dados da Pró-Reitoria de Ensino. O quadro 2 apresenta os dados referente ao rendimento.

Quadro 2: Rendimento acadêmico dos 28 estudantes.



Fonte: Sistema de dados da Pró-Reitoria de Ensino – UFCG.

No período letivo analisado, dos 28 estudantes assistidos, um (1) estudante do curso Ciência da Computação, com transtorno do espectro autista, reprovou por falta em todas as disciplinas, apesar do acompanhamento e das intervenções realizadas pelos agentes do programa. Um (1) outro estudante do mesmo curso, com cegueira, reprovou em todas as disciplinas do primeiro semestre. Outros oito (8) estudantes tiveram alguma reprovação: quatro (4) estudantes com reprovação em apenas uma disciplina; e quatro (4) estudantes com reprovação em duas disciplinas ou mais. Dezoito (18) estudantes obtiveram rendimento acadêmico exitoso, com aprovação em todas as disciplinas matriculadas no período 2022.1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente reflexão conduz à compreensão que o NAI, com seu Programa de Monitoria Inclusiva, tem se constituído em um setor relevante no tocante à acessibilidade e inclusão, na UFCG. Neste sentido, vem auxiliando - mesmo com os desafios encontrados - os estudantes com deficiências, TEA e outros transtornos específicos, que ingressam na universidade, concebendo-os enquanto sujeitos de direitos, garantindo, a estes, um suporte institucional que os auxilie durante sua trajetória acadêmica, tanto quanto ao ingresso, como à sua permanência, com êxito, na instituição.

Considerando tais aspectos, é possível concluir, diante dos dados apresentados, que tais objetivos vêm sendo observados, ainda que parcialmente, no *Campus* Sede. Levando em conta a experiência relatada, os desafios são, ainda, considerados significativos para o Programa, contudo, por tratar-se de um trabalho em construção, faz-se necessário que todos que o compõem, sejam partícipes ativos deste processo, no intuito de também ouvirem e acolherem os discentes com deficiências, TEA e outros transtornos específicos, em suas necessidades, a fim de garantirem a efetiva inclusão e exitosa permanência desses discentes na instituição.

Por fim, o presente estudo evidencia que, até o momento, apesar dos muitos desafios encontrados, o Programa de Monitoria Inclusiva tem conseguido contribuir, efetivamente, com a participação e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes atendidos, no *Campus* de Campina Grande, certamente não eliminando por completo, mas ao menos minimizando as barreiras relacionais, comunicacionais e atitudinais, que venham comprometendo a permanência destes alunos na UFCG. Assim sendo, os autores esperam, com o auxílio e apoio de toda a comunidade acadêmica, incluindo gestores e autoridades responsáveis, levar este trabalho adiante, fortalecendo-o, melhorando-o, expandindo-o e consolidando-o, a cada dia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2017.

BRASIL, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

BRASIL. MEC/SEESP. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> acesso em 01/08/2023.

FIORIN, José Luiz Fiorin. Introdução ao pensamento de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Contexto,

2020.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Marina; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

ORRÚ, Sílvia Ester. *O reinventar da inclusão: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender*. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Democratizar a democracia – os caminhos de democracia participativa*. Porto: Afrontamento, 2003.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. *Cartas pedagógicas: processos de ensinar a quem enxerga sem o sentido da visão*. São Paulo: Paulinas, 2017

UFCG. Portaria nº 86 do Gabinete da Reitoria, que regulamenta o Programa de Monitoria Inclusiva. Disponível

[:https://portal.ufcg.edu.br/phocadownload/userupload/Boletim_de_servico/boletim%20de%20servio%20-%2057%202022.pdf](https://portal.ufcg.edu.br/phocadownload/userupload/Boletim_de_servico/boletim%20de%20servio%20-%2057%202022.pdf).

VIGOTSKY, Lev Semyonovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento social da mente*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKY, Lev Semyonovich. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 1. ed. São Paulo: Ícone, 2010.